Constituição de empresas

21-Ago-2007

Simplificar o processo para o fomento do empresariado nacional

O fórum “Constituição de empresas: simplificar o processo para o Fomento do Empresariado Nacional” possibilitou a discussão da burocracia que dificulta o processo de constituição de empresas em Angola. A melhoria do funcionamento do Guiché Único foi uma das recomendações apontadas pelos participantes.

Angola é o país da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), que tem um dos mais complicados processos burocráticos para a constituição de empresas, apesar das potencialidades que apresenta em termos de crescimento económico. Neste contexto, realizou-se em Luanda o fórum “Constituição de empresas: simplificar o processo para o Fomento do Empresariado Nacional”, organizado pelo Programa Empresarial Angolano (PEA), em parceria com o Ministério da Justiça.

Esta iniciativa, teve como principal objectivo, a promoção de um debate entre as entidades envolvidas na criação de empresas e a sociedade civil, instituições académicas, classe empresarial e representantes de partidos políticos, para identificar o tipo e a natureza de obstáculos que dificultam a legalização de empresas em Angola, de modo a atenuar as burocracias e os elevados custos inerentes a esse processo.

O debate, incidiu em diversos aspectos que devem ser considerados numa reforma, sendo estes os requisitos, os prazos e a carga fiscal para a legalização do início de actividade, os recursos relacionados com o modo de funcionamento da administração pública, tal como os incentivos ao investimento privado.

A sessão de abertura foi presidida por Aguinaldo Jaime, ministro-adjunto do primeiro-ministro, onde também marcaram presença Manuel Aragão, ministro da Justiça, Mamadou Baye, coordenador do Projecto Iniciativa de Parceria com Angola, da Chevron, assim como Alfredo Teixeira, director adjunto do Programa do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Aguinaldo Jaime, mostrou-se satisfeito pela iniciativa organizada numa parceria entre o Programa Empresarial Angolano e o Ministério da Justiça, tendo feito um resumo de algumas dificuldades sentidas na constituição de empresas, umas já resolvidas e outras ainda por melhorar.

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, salientou o facto de as condições sócio-económicas de Angola terem melhorado, significativamente, nos últimos anos, o que propiciou a redução do índice da inflação e a estabilidade da moeda nacional. No entanto, reconheceu que ainda existem problemas no processo de criação e de entrada em funcionamento de empresas e, por isso, incentivou os participantes a serem rigorosos na análise das falhas, para que seja possível contribuir para a criação de melhores condições.

O discurso que introduziu o tema, ficou a cargo do economista Alves da Rocha, que falou sobre o ambiente macro-económico em Angola, destacando que os ambientes macro-económicos degradados e viciados não são benéficos ao investimento privado.

Alves da Rocha apontou o ritmo de crescimento acelerado do investimento público e privado como fomentador de uma evolução significativa do PIB per capita e do crescimento económico, sublinhando, que as taxas de desemprego e de pobreza são ainda muito elevadas.

Relativamente ao crescimento económico, reconheceu não haver estudos que permitam a avaliação do modo como a estabilidade económica contribuiu para esse crescimento, tendo indicado a influência dos ciclos económicos no desenvolvimento económico-social que são evidentes, mesmo que se antecipem algumas medidas.

No fórum compareceram desde empresários a técnicos, membros de associações profissionais, funcionários da administração pública, até representantes de bancos comerciais, estudantes universitários e parceiros sociais do Programa Empresarial Angolano.

Nele, intervieram quadros especialistas da Administração Pública e do sector empresarial privado, com destaque para a Agência Nacional do Investimento Privado, Associação Fiscal Angolana, Centros de Estudos da Universidade Católica, Direcção Nacional de Impostos e Direcção dos Serviços de Cartório e Notariado. Também esteve presente, o Guiché Único de Empresas, Instituto Nacional de Estatística, Ministério do Comércio, Ministério do Planeamento, Universidade Agostinho Neto, bancos comerciais e representantes do sector privado, assim como associações representativas dos jovens e das mulheres empresárias.

O fórum dividiu-se em duas sessões plenárias. Na primeira sessão, foram apresentados os temas: “Os Procedimentos

Administrativos para a Constituição de Empresas em Angola", por Constância Silva, coordenadora Nacional do Programa Empresarial Angolano e "Os encargos Tributários na Constituição de Empresas", enunciado por Rui Cruz, presidente da Associação Fiscal Angolana. Foi, também, exposto "O Sistema Normativo para a Constituição de Empresas" por Arnito Agostinho, Professor de Direito Comercial na Universidade Agostinho Neto, e "Guiché Único face à constituição de empresas em nome individual", descrito por Isabel Tormenta, directora do Guiché Único.

"Ponto de vista do Sector Privado para a melhoria do ambiente de negócios", foi o assunto apresentado por José Severino, presidente da Associação Industrial Angolana e que abriu a segunda sessão plenária do fórum. O tema "O Papel dos incentivos ao investimento no fomento do empresariado angolano", foi abordado por Ary de Carvalho, da Agência Nacional do Investimento Privado, enquanto "O Banco de Desenvolvimento de Angola na estruturação da produção nacional e no fomento do empresariado nacional", contou com a demonstração de Manuel Nicolau, do Banco de Desenvolvimento de Angola.

Burocracias dificultam criação de empresas

Os participantes do fórum, concluíram que, apesar de existir a Lei n.º 1/97 sobre a Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, ainda existem alguns obstáculos e burocracias que dificultam o processo de criação e registo de empresas, nomeadamente:

- A necessidade de realizar um número excessivo de passos e de haver a participação de diversas entidades para a legalização de empresas, tanto de comerciantes em nome individual, como de sociedades comerciais;

- Encargos administrativos muito elevados, devido à existência de diversas taxas e impostos de cálculo difícil e que são, por vezes, modificados;

- Excessiva burocracia no tratamento da pequena actividade económica, incluindo no meio rural;

- Falta de incentivos para as pequenas empresas, que não detêm um regime especial e simplificado de incentivos fiscais;

- Dificuldade na definição do conceito "empresa", que se confunde com o próprio exercício da actividade;

- Inexistência de mecanismos e fóruns para debater, entre entidades públicas e privadas, as questões relacionadas com a criação e entrada em funcionamento das empresas;

- Existência de dúvidas sobre a utilização do Guiché Único para a legalização das empresas em nome individual.

Para além das dificuldades apontadas, existem, também, outras questões que entravam a criação de empresas, sendo estas: deficiências no funcionamento do registo predial e comercial, dificuldades de acesso ao crédito e da constituição de garantias, sobretudo nos meios rurais, a existência de infra-estruturas económicas degradadas por todo o país e a falta de cultura de reembolso do crédito por parte da classe empresarial angolana.

Apesar das contrariedades enunciadas, o fórum, serviu também, para constatar alguns aspectos favoráveis ao investimento em Angola, sendo um deles, o desejo demonstrado pelo Governo em apoiar o desenvolvimento do sector empresarial privado.

Outras características positivas apontadas neste encontro, foram a melhoria verificada em alguns serviços na província de Luanda, a aprovação da Lei do Fomento do Empresariado Nacional, que estabelece incentivos fiscais e aduaneiros ao investimento, a criação, em certos sectores, de mecanismos de preferência a empresas com sócios angolanos, bem como, a abertura do Banco de Desenvolvimento Angolano.

Deste modo, os participantes consideram relevante que os procedimentos administrativos para a criação de empresas, sejam simplificados com segurança, o que inclui a eliminação da passagem repetida por alguns organismos. Foi também aconselhado, que se melhore o funcionamento do Guiché Único e que seja aprovada legislação para os comerciantes em nome individual, para que seja limitada a sua responsabilidade por dívidas contraídas no exercício da sua actividade.

Durante o fórum, foi reconhecido que é necessário melhorar o funcionamento do registo predial e comercial, tal como, do sistema de constituição de garantias, integrar tecnologias da informação e da comunicação nos serviços públicos envolvidos na criação de empresas e no licenciamento da actividade económica em Angola, e criar um portal com toda a informação relativa ao processo de constituição de empresas.

É, também, indispensável aumentar o crédito à economia, criar um regime especial de incentivos fiscais para as pequenas empresas, reduzir os encargos administrativos para a criação de empresas, analisar e discutir os propósitos para o licenciamento da actividade comercial e consolidar o processo de concertação social entre o Governo e os parceiros.

Por fim, verificou-se ser importante rever a legislação sobre o licenciamento comercial em geral e das diferentes áreas da actividade empresarial, concluir o processo de revisão da Legislação Comercial e introduzir, em todos os serviços, o Livro de Reclamação dos utentes da Administração Pública.

A sessão de encerramento do fórum “Constituição de empresas: simplificar o processo para o Fomento do Empresariado Nacional”, contou com a presença de Alfredo Teixeira, director adjunto do PNUD, em representação de Gita Welch, directora do PNUD.

Na sua exposição, caracterizou este fórum, como sendo um importante marco na história do sector de negócios em Angola, pois o sector privado tem contribuído, por todo o mundo, para o crescimento económico, a criação de emprego e o aumento do rendimento das famílias, assim como, tem ajudado numa melhor distribuição da riqueza e na redução da pobreza.

De forma a salientar, ainda mais, a importância deste encontro, Alfredo Teixeira fez referência a uma citação do antigo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Koffi Annan, que terá dito que “no mundo de hoje, o sector privado é o motor dominante do crescimento. Se o sector privado não providenciar o crescimento económico e a oportunidade económica, equitativo e sustentável, então a paz permanecerá frágil e a justiça social um sonho distante. Por isso, apelo hoje para uma nova parceria entre os Governos, o sector privado e a comunidade internacional.”

Encargos Tributários na constituição de empresas em Angola

Taxas

- Taxa de certidão negativa: valor equivalente a 150 USD;

- Taxa de escritura pública de constituição (quando pessoa colectiva): uma percentagem do capital social que, incluindo os emolumentos, pode chegar a atingir 80% do seu valor;

- Taxa de registo criminal (para pessoa singular): 5 USD;

- Taxa de registo comercial ou de matrícula: pode variar entre 200 e 900 USD;

- Taxa de registo estatístico: variável entre 50 e 100 USD;

- Taxa de publicação na Imprensa Nacional (para pessoa colectiva): geralmente, este valor ronda os 400 USD;

- Taxa de vistoria de estabelecimento: entre 50 e 200 USD;

- Taxa de licenciamento ou emissão de alvará: valor que pode ir de 200 a 500 USD.

Impostos

- Imposto industrial (por início de actividade): de 150 a 400 USD;

- Imposto de selo (escritura de constituição): 1% sobre o valor de capital social.

Nota: os valores apresentados, foram convertidos de kwanzas para dólares americanos.

Programa Empresarial Angolano

O Programa Empresarial Angolano (PEA), é uma parceria público-privada, vocacionada para promover a cooperação e o apoio de várias organizações governamentais e não governamentais, doadores, sector privado, instituições académicas e sociedade civil.

A missão do PEA assenta na contribuição para o desenvolvimento de um sector empresarial forte, através da capacitação de instituições locais, para as habilitar a oferecerem serviços sustentáveis e de qualidade ao empresário nacional.

O principal objectivo do PEA, é apoiar a estratégia de redução da pobreza e o crescimento económico, contribuindo para o desenvolvimento de um sector empresarial privado dinâmico e abrangente.

Os beneficiários directos do PEA são instituições locais que prestam serviços de apoio ao desenvolvimento do sector das micro, pequenas e médias empresas. Por sua vez, os que favorecem indirectamente deste programa, são todos os clientes e beneficiários das instituições apoiadas pelo PEA.

Principais áreas de apoio

Centros de Desenvolvimento Empresarial:
- Criação e capacitação de Centros de Desenvolvimento Empresarial;
- Instalação de pequenos Centros de Informação Empresarial;
- Criação de Incubadoras de Empresas com capacidade de auto-sustentabilidade.

Microfinanças:
- Apoiar na instalação do Núcleo de Microfinanças do Banco Nacional de Angola (BNA), para a emergência de novos operadores de microfinanças no mercado angolano;
- Capacitar bancos e outras instituições financeiras não bancárias, de modo a garantir a sua auto-sustentabilidade, o aumento da oferta de produtos e a melhoria da prestação de serviços.

Ambiente Propício:
- Proporcionar à sociedade angolana um melhor entendimento dos sectores empresarial privado e das microfinanças, através da realização de estudos, fóruns, debates públicos e outras actividades;
- Apoiar o Governo na formulação de políticas apropriadas e na alteração de diplomas legais que favoreçam o processo de criação e legalização de empresas;
- Apoiar o BNA na regulamentação e supervisão da actividade bancária e das instituições financeiras não bancárias de microfinanças.

Fonte: http://www.revistaexecutivo.com/